



Na Mídia

02/10/2019 | [Energia Hoje](#)

Impasse envolvendo LT Manaus-Boa Vista

Na briga entre empreendedor, Funai e Aneel, quem pode sair perdendo é o consumidor brasileiro, dizem fontes

Antonio Carlos Sil



Caso a Transnorte Energia (TNE), responsável pela concessão da linha de transmissão Manaus-Boa Vista (500 kV), consiga rescindir na Justiça o contrato firmado com a Aneel para execução da obra, restam apenas

alternativas complicadas para resolver a situação, que se arrasta há cerca de sete anos sem perspectiva de solução no curto prazo.

E a demora para encontrar uma saída aumenta as chances de o consumidor arcar com mais despesas futuras na tarifa, via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Também fica mais frágil o suprimento de energia para Roraima que, mesmo com a entrada em operação de usinas a partir de 2021, contratadas no leilão promovido em maio, não poderá contar com a complementação de segurança – *back up* – que só a interligação pode oferecer.

Parece haver falta de sintonia entre o MME, Aneel e Funai, segundo apontam fontes ouvidas pelo *EnergiaHoje*, impasse que, na prática, desafia o próprio governo central.

Em fevereiro deste ano, por recomendação do Conselho Nacional de Defesa, a interligação foi enquadrada como estratégica para a soberania nacional. Isso, porém, não se materializou, até o momento, em alguma providência efetiva por parte do Planalto.

A Alupar, líder do projeto, com participação de 51% na TNE, se mostra, em princípio, irredutível na sua decisão de abandonar o contrato, tanto que entrou com processo na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. A iniciativa da companhia, tradicional no setor de transmissão, deixou sua sócia na TNE, a Eletronorte (49%) em situação embaraçosa. Até o momento, a Eletrobras, controladora da Eletronorte, tem sinalizado ao mercado que está buscando uma forma de entendimento com a Alupar.

O que o mercado teme é que o poder executivo determine à Eletronorte que assuma a construção da linha, de custo estimado em R\$ 2,6 bilhões, indo na contramão do que o Ministério da Economia vem pregando, que é a desestatização ampla, com a Eletrobras próxima de um processo que deve levar à perda do controle da *holding* por parte do governo.

“Não me surpreenderia com uma solução nesse sentido. Contudo, é uma medida extrema e contrária aos supostos ‘princípios’ defendidos pelo atual governo”, avalia Bruno Cesar Crispim, especialista em Energia e Recursos Naturais do Demarest Advogados. “O maior, e com certeza pior desdobramento de um desentendimento entre os sócios, seria o projeto não ser retomado. É uma obra vital, estratégica para o país”, reforça.

Outra possibilidade, confirmada a desistência da Alupar, é a Eletronorte fazer uma chamada pública “relâmpago”. Iria em busca de um novo parceiro para a obra, o que, no entanto, pode demandar uma negociação com a Alupar e com a própria Aneel, para o resarcimento dos valores desembolsados até agora pela empreiteira. Tal entendimento é considerado complexo, embora não faltem interessados, segundo afirma uma fonte que pede anonimato. **“Há quem diga que o problema chegou onde chegou por que existem muitas empresas de olho nessa obra, torcendo para que a Alupar e Eletronorte desistam”, disse.**

Outra hipótese, embora mais remota devido à escassez de tempo, seria a Aneel aceitar o cancelamento do contrato e recolocar o lote da linha no próximo leilão de transmissão, programado para dezembro.

Histórico

A revisão da Receita Anual Permitida (RAP) da linha, aprovada recentemente pela Aneel, não atendeu às projeções de remuneração feitas pela TNE, tendo em vista os gastos já realizados desde o leilão, promovido em 2011, bem como os prejuízos acumulados com o atraso na liberação da Licença Prévia.

A agência aprovou RAP de R\$ 275,5 milhões, considerando contrato de 19 anos e meio, com 36 meses para recomposição do prazo de implantação da linha. A TNE, no entanto, reivindica R\$ 395,6 milhões, e expansão do contrato para 27 anos de duração.

Isso porque a Funai rejeitou o plano de manejo os termos do Plano Básico Ambiental (PBA) oferecido pela TNE, congelando a análise do processo de licenciamento pelo Ibama. A questão central é que dos 720 km de extensão da linha, 120 km estão em terras indígenas da etnia Waimiri Atroari. Na visão da Aneel, esse problema, bem como seus desdobramentos, deveriam ter sido previstos pelos sócios quando fizeram lance vencedor no leilão de 2011.

“A posição da Funai e do Ibama poderá exigir da TNE ajustes e adequações no projeto. Isso exigirá ainda mais tempo, mais investimento e mais atraso na construção da LT. Considerando tudo o que já aconteceu nesse projeto em relação ao licenciamento ambiental, me parece que o arranjo possível terá de ser político”, entende Cesar Crispim.

A decisão da Aneel de não conceder os valores propostos pela TNE, no entanto, é ainda objeto de discussão entre observadores do caso. A alegada necessidade de resguardar a modicidade tarifária ficaria comprometida, de qualquer forma, porque, sem a execução da linha, Roraima, em futuro próximo, poderá demandar mais energia de origem termelétrica e, por consequência, maior ônus a ser coberto pela CDE, cujo valor é rateado por todos os consumidores.